

COGNITIO JURIS – Vol. 13, No. 50 – Novembro 2023

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris

Volume 13 – Número 50 – Novembro de 2023

ISSN 2236-3009

DADOS PARA CATALOGAÇÃO:

COGNITIO JURIS - VOLUME 13, NÚMERO 50, NOVEMBRO DE 2023:

NORAT, Markus Samuel Leite (Editor). **Cognitio Juris**, João Pessoa, Volume 13, nº 50, p. 01 – 979, Novembro de 2023. Disponível em:

<https://cognitiojuris.com.br/cognitio-juris-vol-13-no-50-novembro-2023/> . Acesso em ____ de _____ de _____.

COMO CITAR OS ARTIGOS PUBLICADOS NA COGNITIO JURIS, VOL. 13, N. 50, NOVEMBRO DE 2023:

ÚLTIMO SOBRENOME DO AUTOR, Primeiro nome do autor (se houver mais de um autor, colocar ponto e vírgula “;” entre eles). Título do artigo. **Cognitio Juris**, João Pessoa, Volume 13, nº 50, p. (página inicial e página final do artigo), Novembro de 2023. Disponível em: (endereço URL da página do artigo) . Acesso em ____ de _____ de _____.



Catedral de Palma de Maiorca – Praça de la Seu, Palma, Illes Balears, Espanha

APRESENTAÇÃO

Com enorme satisfação, apresentamos o Volume 13, Quinquagésimo Número (Novembro de 2023) da Revista Cognitio Juris, mais uma valiosa contribuição ao acervo acadêmico e científico.

A Cognitio Juris, apresentando abordagem abrangente e eclética de assuntos relacionados ao direito e áreas afins, reforça nesta edição seu compromisso com a disseminação de conhecimento relevante. Com um vasto leque de temas, a revista procura, por meio de cada artigo científico apresentado, enriquecer o entendimento interdisciplinar e multidisciplinar, atual e aplicável, afinado às transformações mais prementes da sociedade atual. O objetivo central é municiar os leitores com insights cruciais para a resolução de conflitos que afetam a

harmonia social.

Vivemos numa era onde a informação se propaga de forma acelerada através dos canais digitais. Entretanto, apesar da vastidão de informações disponíveis, é crucial reconhecer que nem todas são úteis e transmutáveis em conhecimento prático. Neste contexto, urge a necessidade de reavaliar determinados preceitos e evoluir para uma “sociedade do conhecimento”.

A educação é peça-chave nessa evolução social, sendo um veículo efetivo para melhoria da qualidade de vida de cada indivíduo. Assim, a disponibilização gratuita de conhecimento científico é uma estratégia vital. Neste cenário, a Cognitio Juris ocupa uma posição significativa, atuando como uma força motriz para a mudança e o aperfeiçoamento do mundo em que habitamos.

Desejamos a todos os leitores uma leitura produtiva e edificante.

Markus Samuel Leite Norat

Membro-Diretor Geral, Científico e Editorial

SUMÁRIO

Sobre a Revista - Páginas 011 - 012

Conselho Científico - Páginas 013 - 034

Diretrizes - Páginas 035 - 037

Enviar Artigos - Página 038

Apresentação - Páginas 039 - 040

ARTIGOS

A ANÁLISE DO ATIVISMO JUDICIAL COM BASE NO JULGAMENTO DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E DA TRANSFOBIA NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO — ADO N. 26 - Páginas 041 - 066

Anna Karina Omena Vasconcellos Trennepohl; Eduardo Kazumi De Lorena Infante Vieira Kobayashi

A CATÁSTROFE YANOMAMI E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS - Páginas 067 - 093

Heittor Vieira Nascimento; Lívia Helena Tonella

A CONSTITUCIONALIDADE DA INCLUSÃO DAS TARIFAS TUST E TUSD NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS - Páginas 094 - 119

Jeferson Rasteiro Carlos; Flávia Piccinin Paz; Thaynã Davilla Savio

A EFICIÊNCIA DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA À LUZ DO ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - Páginas 120 - 137

Isadora Oliveira Nóbrega; Marcelo Wordell Gubert; Sérgio Augusto Mittmann; Clara Heinzmann

A INCLUSÃO SOCIAL DO MENOR PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS - Páginas 138 - 175

Marinete Oliveira de Andrade

A INEFICÁCIA AO COMBATE DO FEMINICÍDIO - Páginas 176 - 191

Angela Maisa de Melo Vieira; Marcelo Wordell Gubert

A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP) AO CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - Páginas

192 - 208

Édina Loewenstein Zamprogna; Marcelo Wordell Gubert

A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ATRAVÉS DA PEJOTIZAÇÃO NO BRASIL - Páginas 209 - 235

Marcos da Silva Rabelo; Leonardo Navarro Aquilino

A PROTEÇÃO DA VITÍMA NO PROCESSO PENAL - Páginas 236 - 256

Cinthia Nienow Schubert; Marcelo Wordell Gubert; Sergio Augusto Mittmann

A RELAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO FRENTE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - Páginas 257 - 275

Andreliny Ketlyn de Castro; Paula Piccinin Paz Engelmann

A RESPONSABILIZAÇÃO NOS CRIMES DE ESTELIONATO MEDIANTE COMPRA E VENDA DE VEÍCULOS PELA INTERNET - Páginas 276 - 298

Lucimare de Souza; Marcelo Wordell Gubert

A REVITIMIZAÇÃO EM CRIMES QUE ENVOLVEM VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER - Páginas 299 - 324

Juliana Lorenzi Kappes; Juliana Fioreze

A TUTELA PROVISÓRIA E O TEMPO NO PROCESSO CIVIL - Páginas 325 - 359

Euzélio Heleno de Almeida

APLICAÇÃO DAS LEIS AMBIENTAIS BRASILEIRAS PARA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE HUMANA - Páginas 360 - 383

Ana Celia Amorim de Sousa; Derick Mendes Bandeira

APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA COM RELAÇÃO A MULHERES TRANSGÊNERO - Páginas 384 - 401

Lucas Vivan dos Santos; Marcelo Wordell Gubert; Clara Heinzmann

AS ANTINOMIAS JURÍDICAS E A NECESSIDADE DE COESÃO DO SISTEMA - DIREITO TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO À LUZ DE BOBBIO - Páginas 402 - 428

Sandro Nahmias Melo; Geraldo Uchôa de Amorim Júnior

AS RECENTES DECISÕES DO STF FACE AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E O ESGOTAMENTO DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - Páginas 429 - 453

Raphael Felipe da Silva Santos

AS SOCIEDADES ANÔNIMAS NO DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASE DA CHANEL S/A - Páginas 454 - 482

Vitória de Almeida Gomes; Leonardo Navarro Aquilino

APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA COMO ÓBICE À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - Páginas 483 - 505

Fabício João Schneider Sauer; David Hermes Depiné

CONSTELAÇÃO SISTÊMICA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PRÁTICA RESTAURATIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO DE MENORES INFRATORES - Páginas 506 - 531

Cleonice Patrícia Becker; Cleverson Aldrin Marques; Clara Heinzmann

CONTRATOS DO DIREITO AGRÁRIO: NULIDADE DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO AVENÇADOS COM PAGAMENTO EM PRODUTO - Páginas 532 - 565

Felipe Gomes de Souza; David Hermes Depiné

CULTIVO DA MACONHA COM FINS MEDICINAIS: IMPACTOS DA DESCRIMINALIZAÇÃO - Páginas 566 - 589

Izabel Correa; Juliana Fioreze

ENTRE VERDADES E ILUSÕES: FALSAS MEMÓRIAS E O RECONHECIMENTO DO ACUSADO NO PROCESSO PENAL - Páginas 590 - 609

Erika dos Reis Cirqueira; Ênio Walcacer de Oliveira Filho

EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DO JURI: CONFLITO APARENTE ENTRE O PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA – Páginas 610 – 641

Anderson Bahnert; Juliana Fioreze

INDEPENDENT ELECTORAL ELECTIONS AS A POSSIBILITY TO EXPAND CITIZENS 'POLITICAL RIGHTS – Páginas 642 – 670

Layde Lana Borges da Siva; Thaís Bernardes Maganhini; Ablynie Laryssa dos Santos Goulart

LOCAL DE CRIME: DA PRESERVAÇÃO À CUSTÓDIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O PROCESSO CRIMINAL – Páginas 671 – 692

José Rodrigues da Silva Filho; Enio Walcacer de Oliviera Filho

MAUS TRATOS AOS ANIMAIS: A RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL NA ATUALIDADE – Páginas 693 – 711

Rosana Karla da Silva; Israel Andrade Alves

MEDIDA PROTETIVA E A FINALIDADE SOCIAL DA LEI MARIA DA PENHA – Páginas 712 – 730

Helaíse Lemos Torres Araújo; Enio Walcacer de Oliveira Filho

O DIREITO AO ESQUECIMENTO E O PROCESSO PENAL BRASILEIRO: A PONDERAÇÃO ENTRE GARANTIAS FUNDAMENTAIS NA ERA DA HIPER INFORMAÇÃO – Páginas 731 – 755

Leticia Gabrielly Franco Ianovski; Juliana Fioreze

O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO E O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE – Páginas 756 – 772

Mércia Nogueira Monteiro Alves

O IMPACTO DO METAVERSO NO CAMPO DO DIREITO: UM OLHAR SOBRE A

REGULAMENTAÇÃO DO CASAMENTO CIVIL NO BRASIL – Páginas 773 – 792

Julierme Marques Castro Brito; Edy César dos Passos Júnior

O INQUÉRITO POLICIAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PERSECUÇÃO PENAL – Páginas 793 – 815

Diego Vitorio Peterle; Marcelo Wordell Gubert; Sérgio Augusto Mittmann

O PAPEL DO JURADO NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO – Páginas 816 – 847

Bruno Magera Conceição

O RECONHECIMENTO DO STEALTHING COMO VIOLÊNCIA CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL – Páginas 848 – 869

Ana Letícia Buche; Juliana Fioreze

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO MIGRANTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL SOBRE O DIREITO MIGRATÓRIO – Páginas 870 – 894

Gabrielli Vitória Ribeiro; Valter Freitas; Rodrigo Roger Saldanha

POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE – Páginas 895 – 916

Rafael Felisberto; Flávia Piccinin Paz; Thaynã Davilla Savio

REPENSANDO O FLUXO MIGRATÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS: A NECESSIDADE DO OLHAR ETNOGRÁFICO NA FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À CIRCULAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS POVOS INDÍGENAS – Páginas 917 – 937

Izaura Rodrigues Nascimento; Geraldo Uchôa de Amorim Júnior; André Ricardo Antonovicz Munhoz

SOCIEDADES LIMITADAS E ANÔNIMAS: UM COMPARATIVO ENTRE OS MODELOS SOCIETÁRIOS E A VIABILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO – Páginas 938 – 959

Patricia Milles Scherer; Cleverson Aldrin Marques; Clara Heinzmann

UMA VISÃO ATUAL DAS NORMAS SOBRE OS MAUS TRATOS E ABANDONO DE ANIMAIS - Páginas 960 - 979

Vitória Espindula Maciel; Lívia Helena Tonella